

# Propostas de reforma da Geap serão debatidas pelo Conad

**Próxima reunião do Conselho está marcada para o dia 22 de maio**

No próximo dia 22 de maio, o Conselho Administrativo da Geap realiza a segunda reunião de trabalho com os novos membros eleitos em março. Diferentemente do que ocorria na gestão anterior, quando eram bimensais, por solicitação dos conselheiros eleitos pelos trabalhadores as reuniões administrativas agora são feitas todos os meses, de forma a conferir maior celeridade aos trabalhos e agilizar as mudanças que precisam ser implementadas para que a entidade atenda cada vez melhor os seus assistidos.

Na primeira reunião, realizada no dia 24 de abril, os novos conselheiros protestaram contra o privilégio do Governo de escolher o presidente do Conad, com o contestável voto de minerva. São três representantes dos trabalhadores e três integrantes indicados pela Administração Federal. Dessa forma, o Governo sempre escolhe os presidentes do Conselho, desempatando a votação a favor de seus representantes.

Outro tema de intenso debate serão as propostas administrativas sugeridas pelos trabalhadores nas eleições do início do ano. “Queremos que nossas sugestões sejam tema de debates e deliberações por parte do Conad, em todas as reuniões de trabalho que realizarmos. São propostas que apresentamos aos trabalhadores e que receberam deles o voto de aprovação e confiança”, ressalta Irineu Messias, dirigente do Sindsprev-PE e representante da CNTSS.

A estratégia adotada pelos conselheiros que representam os trabalhadores é sempre realizar uma reunião prévia entre eles, como ocorreu no dia 23 de abril, um dia antes da primeira reunião do Conad e do Confis, de forma a definir antecipadamente os temas de maior relevância a serem debatidos no Conad a cada mês. A representação dos servidores conta com integrantes da CNTSS/CUT, ANASPS, ANPPREV, ANFIP, FENADADOS/CUT e ANESG.



Entre as principais propostas encaminhadas pelos conselheiros representantes dos trabalhadores destacam-se a exigência de rede credenciada, atendimento para doenças degenerativas e terminais, aumento da contribuição *per capita* do Governo de 10% para 50% e instituição da gestão paritária, fim da coparticipação, garantia de pronto atendimento nas urgências médicas, retorno da condição de dependentes para pais e avós sem renda e filhos menores de idade, implantação do fundo garantidor a ser mantido pelo Governo e a instituição do sistema de Resseguro de Saúde, que financie os atendimentos de alta complexidade, dentro e fora do país.